

Docs nº 008

Instrumentando a aprendizagem
pela inteligência

Autor: Teresinha Rosa Cruz

Universidade de Brasília
Faculdade de Educação
Departamento de Métodos e Técnicas

INSTRUMENTANDO A APRENDIZAGEM PELA INTELIGÊNCIA

Teresinha Rosa Cruz

INTRODUÇÃO: A idéia de aprender através do desenvolvimento da inteligência, ou de desenvolver a inteligência através da aprendizagem não é recente. Rousseau já criara o seu Emílio para uma aventura na inteligência. Muitos educadores ao longo dos séculos pontificaram uma educação para a autonomia do pensamento. Se quisermos ir mais longe, vamos encontrar Sócrates, com sua maiêutica, promovendo a construção do pensamento de seus discípulos. Todavia, não resta a menor dúvida de que preponderou sempre o ensino de conteúdo pela organização da memória, com a repetição de exercícios para a "fixação" da aprendizagem. A verdade, porém, é que não houve nenhuma teoria bastante consistente com os propósitos de educadores do passado, que pudesse confirmar a intuição de suas ações pedagógicas. Hoje, entretanto, caminha-se para a validação de uma educação voltada para o desenvolvimento das potencialidades intelectivas e sensíveis dos indivíduos, sejam eles crianças ou adultos. Há que substituir a ação extremamente diretiva do professor, por propostas de trabalho que realmente motivem os alunos a agir no plano tanto físico como mental, no sentido de levá-los a uma relação estreita com o objeto do conhecimento. Piaget, com suas descobertas sobre o processo de desenvolvimento da inteligência, trouxe enorme contribuição ao educador, fundamentando justamente idéias que já vinham sendo amadurecidas pela Escola Nova, quanto ao valor da experiência pelo aluno na sua relação com o meio. O behaviorismo defende o princípio de que o homem é produto do meio conquanto o condicione, quando Piaget já afirma que o homem se adapta inteligentemente ao meio. Este trabalho refere-se a uma técnica criada segundo princípios decorrentes de teorias cognitivistas, principalmente da psicogenética piagetiana. Corresponde à elaboração de Instrumentos de Trabalho para Aula, ou Instrumentos Operacionais, assim denominados porque tais instrumentos funcionam como ferramenta de trabalho intelectual, embora muitos deles impliquem em ações físicas (exploratórias, experimentais, de coleta de dados, etc.). Como tais, os ITs têm a função precípua de ajudar o aluno a desenvolver processos reflexivos, problemáticos, indagativos, críticos, lógicos, por caminhos próximos de seus esquemas anteriores. Os alunos revelam, em pouco tempo, capacidade de pensar e falar com justeza e propriedade quando tais instrumentos são aplicados em várias disciplinas. conforme tivemos oportunidade de constatar em experiências realizadas no ensino de segundo grau.

BASES TEÓRICAS DOS ITs - Sumarizando os fundamentos piagetianos sobre os quais se desenvolve a técnica dos Instrumentos de Trabalho para Aula, os pontos teóricos relevantes para a associação entre aprendizagem e pensamento operatório - em que pesem as naturais impropriedades que tal sumário poderá apresentar, pelo fato mesmo de se tratar de um resumo, bem como pelo

de se tentar uma aplicação dessa teoria à educação- são os seguintes:

a) Pode-se afirmar que a teoria piagetiana apoia a idéia de que toda a criatura humana tem uma defesa inconsciente da sua individualidade, uma busca de equilíbrio do campo físico e mental toda a vez em que é desafiada pelas circunstâncias do meio. Trata-se de uma atividade de auto-organização da sua estrutura psicológica, que vai desde a ação motora sobre o objeto que o desafia, à ação mental operatória, através da qual ele organiza seu pensamento e dá forma ao conhecimento do objeto.

b) Esse dinamismo psíquico de equilíbrio com o meio é realizado através da assimilação do objeto e da acomodação concomitante de seus esquemas anteriores ao objeto assimilado. Isto é, à medida em que os dados externos ao sujeito são interiorizados pela ação física e/ou mental, a sua estrutura mental é concomitantemente acionada em função de esquemas que o sujeito possui para que haja acomodação dos mesmos ao objeto, ou seja, para que a aprendizagem ocorra. O trabalho de assimilação e acomodação que é operado pelo indivíduo define uma mudança de estrutura de pensamento, com ganhos de flexibilidade da inteligência, embora essas estruturas nunca sejam completamente perfeitas, o que equivale a dizer, que no processo de aquisição do conhecimento há sempre margem para se aprender cada vez mais efetivamente, quanto mais operarmos inteligentemente o objeto a conhecer.

c) Desta forma, a cada situação nova o indivíduo põe em jogo seus esquemas de assimilação, e quanto maior for a sua identidade com o objeto, maior será a flexibilidade para operar sobre ele, até o momento em que não haja motivo para continuar a operá-lo. Ninguém se interessa por algo já conhecido, ou por algo para o qual não haja suficientes esquemas de assimilação, porque não haverá o desequilíbrio do choque da realidade exterior com a interior, fenômeno que responde pela necessidade de recuperação do equilíbrio, seja ele emocional ou intelectual. Isto quer dizer, que somente situações-problema, ou interesses muito fortes que levem o sujeito a se desequilibrar emocional ou intelectualmente, podem motivá-lo a entrar em atividade, reagindo com um comportamento novo à situação criada. Daí a importância da educação como processo desafiador das capacidades dos alunos, e como fornecedor das instruções nos momentos adequados.

d) É por essa razão que a motivação desfechada por recursos audiovisuais não tem efeito sobre o processo operatório que promove o desenvolvimento das estruturas mentais, porque colabora apenas na interiorização das imagens, e não leva à aquisição de um novo comportamento em termos inteligentes. São recursos, e como tais devem funcionar dentro de um sistema de operações que, por si mesmas, já garantam a motivação durante todo o processo. A percepção é também dinâmica, permitindo a interiorização da imagem através de associações positivas ou negativas, dependendo de esquemas anteriores, agradáveis ou desagradáveis. Se a experiência for desagradável, somente uma proposta inteligente que desafie adequadamente a sensibilidade do indivíduo, com situações onde novas atividades possam disparar uma nova motivação, altera o quadro de

seus esquemas de assimilação, promovendo estados psíquicos propícios à aprendizagem. Ou então, quando se encontrar em situação de perigo ou de ameaça em que é obrigado a solucionar o problema. O fundo comum da imagem e do pensamento é a ação. A imagem é o suporte do pensamento, mas à medida em que as estruturas mentais vão adquirindo maior mobilidade pela operação, a imagem vai perdendo sua influência sobre o processo reflexivo e operatório. Ela pode ajudar a disparar uma ação, mas não garante, por si mesma, a manutenção da atenção em direção ao operatório. Caminha-se do concreto ao abstrato ao longo de todo o processo de desenvolvimento maturacional, ou mesmo na fase adulta, quando se desconhece totalmente o proposto ao sujeito.

e) Portanto, quando o indivíduo se vê desafiado, o desequilíbrio surge levando-o a agir. Sua atenção é mantida em determinada direção psicológica pela própria atividade. Os sentidos, empenhados como um todo na ação, sustentam a atenção para que o equilíbrio se processe através da organização do campo mental. Afirma Lauro de Oliveira Lima: "A cinestesia com que a consciência acompanha as modificações somáticas é o poderoso elemento que dá durabilidade psicológica às percepções (visuais, auditivas, táteis, cinestésicas e algicas) evitando que a atenção borboleteie sobre a realidade..." Essa afirmativa parece indicar o sentido cinestésico como o mais importante na aprendizagem, tanto no processo de aquisição de automatismos, como no processo reflexivo, onde a atividade se caracteriza com pensamento operatório. Este caminha em progressiva flexibilidade, começando na pura ação motora (0 a 2 anos de idade) até o pensamento formal abstrato (de 11 anos em diante), onde as estruturas mentais evoluem para esquemas de associatividade, distributividade, reversibilidade, comutabilidade, que se evidenciam na infância em processos embrionários através da ação motora, mas que vão se desenvolvendo progressivamente, definindo-se pouco antes da adolescência e amadurecendo na fase adulta com o pensamento formal ou proposicional, se o indivíduo é levado a uma progressiva atividade mental.

Estes são, portanto, alguns dos princípios da teoria piagetiana que podem responder por uma prática educacional para a ação, a qual foge por completo aos procedimentos de uma didática da verbalização para a aprendizagem da memorização. O professor, segundo Piaget, deve ser um criador de dificuldades, e não um facilitador da aprendizagem, porque o desafio, a provocação, o questionamento, a hipótese, a exploração, a experimentação são os verdadeiros responsáveis pelo desenvolvimento da inteligência através da instrumentação da aprendizagem, ou seja, da criação de situações problemáticas para que o aprender ocorra com o pensar flexível e dentro dos esquemas próprios do indivíduo. O professor facilitará, naturalmente nos momentos certos, mas nunca quando o aluno estiver empenhado em resolver as situações por conta própria, situações essas que o professor terá que habilmente criar em conformidade com a capacidade do aluno de responder aos desafios.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO DO IT- Ao planejar um IT, temos de considerar os mesmos componentes do plano da disciplina, isto é, QUEM serão os indivíduos que irão operacionalizá-lo, QUAL o conteúdo a ser trabalhado, QUAIS as funções cognitivas, afetivas e sensomotoras que podem ser operacionaliza-

das pelos indivíduos através desse conteúdo, COMO podem ser desenvolvidas as atividades propostas, PARA QUE e COM QUE finalidade, COM QUE condições, QUANDO e em QUANTO tempo. Na verdade, as funções de uma determinada atividade curricular são as mesmas. O que varia são justamente as estruturas de cada uma dessas atividades, como também no plano maior da disciplina e até mesmo do curso. Os alunos são indivíduos mas, como Hilda Taba afirma, são totalmente iguais fisiologicamente e, portanto, com os mesmos direitos à vida; desiguais em algumas coisas quando não falam a mesma língua e não vivem o mesmo ambiente sócio-cultural; e totalmente desiguais quanto às características físicas e psíquicas, isto é, quanto à personalidade, experiências de vida, aspirações, atitudes, comportamentos. Portanto, o professor não pode se esquecer dessas características do ser humano que é seu aluno. Resumindo, ele tem de levar em conta:

a) Objetivos maiores do plano da disciplina, aqueles que são elaborados com base nas funções individuais, sociais e ambientais da disciplina na formação do aluno, quer seja a nível de integrá-lo em seu contexto de vida, quer como disciplina integrante da sua formação profissional. São os chamados objetivos gerais, que devem explicitar a filosofia do curso, o seu alcance em termos significativos para o aluno e para o curso.

b) Organização do conteúdo selecionado em acordo com os esquemas de assimilação dos indivíduos na sua média geral, e estruturado em função da relação aluno/método.

c) Objetivos operacionais, ou aqueles que respondem pelo processo de aprendizagem através do pensamento e da ação, coordenados pela análise e culminados na síntese.

d) Método que desafie a capacidade de resposta da média geral dos alunos, através de atividades que sustentem a motivação por todo o tempo requerido para a aprendizagem efetiva.

e) Condições físicas e de tempo para a solução da proposta.

Vejamos como cada um desses itens podem ser trabalhados pelo professor ao elaborar um IT:

- Partindo do princípio de que cada atividade curricular deva estar integrada à programação, é necessário saber quais os objetivos gerais do curso para que o IT esteja em acordo com um processo de desenvolvimento da aprendizagem e, conseqüentemente, com a evolução do pensamento operatório do aluno, para que os princípios de unidade, coerência, continuidade da ação e flexibilidade do planejamento sejam respeitados, garantindo-se assim o êxito do curso.

- Consciente das finalidades e objetivos maiores da disciplina, o professor seleciona o conteúdo a ser trabalhado pelos alunos através de um IT, organizando-o de acordo com a capacidade dos mesmos de operacionalizá-lo em função dos objetivos cognitivos, da sua sensibilização para as respostas, e das atividades que deverão ser propostas para estimular a ação inteligente dos alunos. Ou seja, o conteúdo não deverá ser estruturado na ordem puramente sequencial, segundo os princípios da organização do mais simples para o mais complexo, mas de acordo com todos mais simples para todos mais complexos. Não na

ordem puramente lógica, mas também psicológica, o que equivale a dizer que os alunos, com suas características individuais de organização de seus esquemas assimilatórios, são o parâmetro para a ideação do IT. Portanto, não poderá haver uma receita para a escolha dos caminhos psicológicos que devem orientar a organização do mesmo. O que existe, são esquemas gerais, ou melhor expressando, princípios que podem servir de orientação para essa finalidade. Resumindo, o conteúdo deve: a) obedecer ordem lógica/psicológica - ver mimeo Organização de Conteúdos; b) ser bem dosado, porque doses maciças prejudicam o processo assimilativo; c) ser bem graduado, de todos mais simples para todos mais complexos obedecendo à ordem de dificuldade crescente; d) ser atual e útil ao aluno.

- Quanto aos objetivos operacionais, ou aqueles que respondem prontamente pela atividade mental ou física dos alunos, dependem da capacidade do professor de saber exatamente quais as perspectivas de ações mentais que os alunos poderão operacionalizar através das atividades propostas, para alcançar os objetivos do conhecimento no contexto do curso. Ele terá de se perguntar quais as dinâmicas da inteligência que deverão ser acionadas, que atitudes esperam que os alunos desenvolvam e, finalmente, que tipo de respostas esperam que eles dêem. Os objetivos operacionais estão implicitamente relacionados com os conteúdos e, por essa razão, devem corresponder ao verbo que representa a ação da inteligência, ou da ação motora implícita que esteja sustentando a ação inteligente. Portanto, esses objetivos devem ter uma sequência psicológica, mas atrelada ao conteúdo, definindo para este uma estrutura que seja a mais aberta possível para atender à variedade de esquemas anteriores dos alunos.

- Como fazer e que instrumentos usar é essencialmente o objetivo deste estudo. A variabilidade de processos mentais e afetivos tem, de certa forma, feito com que se conceba métodos diferentes para as áreas de Ciências e Humanidades, exigindo da primeira maior rigor analítico, inclusive, aprisionando a capacidade de extrapolação por uma necessidade de quantificação operacionista exigida pelo positivismo científico dos últimos tempos. Dentro da área das humanidades, há ainda o contexto do processo imagético das artes, principalmente as visuais, as artes literárias, a música, e outras que primam por um sistema divergente de raciocínio. Embora usando a lógica proposicional (raciocínio verbal), vale-se do tipo de reflexão no campo das imagens, da fantasia, do sonho. O pensamento humano não é dividido, porque a vida também não é dividida. Há momentos em que o sonho se mistura com a realidade. A não ser assim, a ciência não alcançaria a fantástica realização das fantasias criadas pela imaginação do ficcionista, e a arte não teria o conteúdo para materializar o sonho. Portanto, os ITs vão variar quanto ao tipo de experiência que o aluno viverá e de acordo com as operações mentais exigidas pelos objetivos. A metodologia pode ser generalizada, como por exemplo, o método da descoberta para elaboração de conceitos, tanto de uma área como da outra. O método de projetos, tanto para Ciências como para qualquer outra área. Não existem receitas. Trata-se apenas de muita sensibilidade do professor para criar as situações adequadas ao momento e aos alunos. Tem ele de considerar que o ser humano é um pesquisador nato, seja no plano da interação com o meio físico para dominá-lo, seja no

plano da fantasia, como fonte de energia para alimentar sua capacidade de recriação do mundo, seja na contextualização da vida humana e social com o objetivo de conhecê-la e explicá-la. Renan, Decroly e Piaget falaram da síncrese, pela análise à síntese, como processo normal e comum aos seres humanos de apreenderem sua realidade. O homem ou a criança tem sempre a visão global do objeto a conhecer, seja ele uma cadeira ou uma teoria, para depois querer explicá-la através da análise, superficial ou profunda, para ultimar com uma afirmação, uma recriação do objeto, um postulado, uma teoria. Esta é a forma pela qual todos nós normalmente tomamos conta da realidade que nos cerca, transformando-a. Se isso for verdadeiro, e parece que é, se observarmos a conduta de uma criança ou de um adulto quando estão explorando algo novo que ~~lhe~~ interessa, (conforme demonstrou Piaget com suas pesquisas sobre a evolução das dinâmicas da inteligência) devemos considerá-la na elaboração dos nossos ITs.

PROCESSO ANALÍTICO-SINTÉTICO- Este processo pressupõe o desenvolvimento da capacidade de logicizar pela indução e dedução, implicando em aprendizagem sob dois aspectos básicos:

- a) com aspectos motores;
- b) sem aspectos motores.

A aprendizagem com aspectos motores é a que tem origem na pesquisa ou exploração de elementos concretos, observáveis e manipuláveis. Podem compreender, dentre outras, as seguintes formas:

- 1) Pesquisa pela experimentação ou exploração, que poderá ser individual ou em grupo.
- 2) Observação direta e registro com técnicas diversas (inclusive o uso de instrumentos variados).
- 3) Coleta de material, ou de dados bibliográficos, ou de informes verbais, passíveis de ordenação e classificação, etc.

Ninguém pesquisa, ou observa, ou coleta materiais, sem motivo. E nem sempre o motivo é originado no aluno. Quando se quer que ele execute atividades que o levem a organizar-se intelectualmente para uma boa aprendizagem, é importante que a proposta seja capaz de desafiá-lo, levando-o a mobilizar seus esquemas de assimilação, isto é, uma proposta que relacione o conteúdo com situações de vida comuns aos alunos. É claro que nem todas as aulas podem ser através dessa técnica. Mas uma situação-problema bem feita pode garantir a motivação do aluno por longo período de tempo.

A aprendizagem sem aspectos motores corresponde ao processo mental operatório, embora nenhuma atividade mental ocorra necessariamente sem alguns movimentos físicos. Essas atividades correspondem ao processo hipotético-dedutivo, que se vale quase sempre de esquemas surgidos da experimentação e de esquemas quase sempre mal assimilados, enfim, de processos empíricos bem ou mal conduzidos. Os instrumentos para esse tipo de aprendizagem devem considerar, inicialmente, a reativação dos esquemas de assimilação dos alunos, ou seja, promover a reordenação dos seus conhecimentos e capacidades mentais, através de situações que os levem a elaborar um discurso interno no

sentido de encontrar um caminho para a solução da proposta contida no IT.

O processo analítico-sintético pressupõe as tres fases já mencionadas: SÍNCRESE, ANÁLISE E SÍNTESE. Essas tres fases do processo epistêmico são generalizáveis às diversas áreas do currículo, e a forma e os objetivos do seu emprego na educação variam de acordo com o grau maturacional dos alunos.

SÍNCRESE - A síncrese corresponde a um tipo de raciocínio superficial sobre qualquer objeto de conhecimento, ou uma visão globalizada do mesmo sem aprofundamento, registrando-se, do que foi apreendido de forma global, os dados mais marcantes desse objeto. Na verdade, a síncrese é uma amálgama de concepções sobre algo, definindo uma visão globalizada do objeto, sem todavia identificar pormenorizadamente as partes. Corresponde, na educação, a uma forma de estrutura prévia do que o aluno deve conhecer, que colabora como uma espécie de esquema antecipador de solução. É na síncrese que os alunos se preparam, motivando-se para as atividades de instrumentação da aprendizagem pelo raciocínio. É com o desafio aos seus esquemas anteriores que se processa a síncrese, ou seja, que se permite aos alunos uma visão diretiva do caminho para a análise, e chegar à síntese.

ANÁLISE - Depois do contato com a novidade, com a proposta de solução de uma determinada situação problemática, com algo que despertou interesse, com alguma teoria ou postulado, ou com outros tipos de desafios, o indivíduo tenta descobrir ou hipotetizar uma saída, partindo da indução ou da dedução, empregando os recursos mentais de que dispõe, ou buscando fontes de informação que o ajudem a solucionar o problema. Entra então na análise, que de certa forma implica num processo de transformação de seus esquemas de assimilação, através da operacionalização das estruturas cognitivas, recorrendo não apenas aos processos lógicos de raciocínio, mas à associação destes com o processo afetivo, responsável pela motivação e valores para o indivíduo. A análise, como operacionalização dos esquemas de assimilação, é elaborada segundo o repertório de conhecimento que o indivíduo já possui, e de acordo com a organização das suas estruturas mentais. Ou seja, é um processo específico de cada sujeito, porque ninguém pode raciocinar, ou idealizar, ou formalizar, ou organizar o pensamento de outrem. São processos que cada um realiza por sua conta e risco, e toda a vez que alguém se aventura a interferir nos mesmos, há sempre perda do rumo das buscas. O que o professor deve fazer é criar caminhos dentro das leis gerais do pensamento lógico-matemático e/ou proposicional, para ajudar o aluno a sistematizar suas ações economizando esforços, embora o ensaio e erro, como diz Piaget, seja, para a criança pré-operacional e operacional-concreta, uma forma usual de exploração do seu mundo, iniciando-se intuitivamente na organização básica das estruturas do pensamento formal que vão se desenvolver a partir dos 12 anos aproximadamente. Portanto, a análise, para ter maior objetividade e significância, deve ser orientada no sentido das operações formais, permitindo ao aluno a opção pela iniciativa de elaborar seu próprio pensamento, pela aquisição de métodos próprios de ação, enfim de ter autonomia para encontrar a solução. O professor é um mediador entre o aluno e o objeto.

SÍNTESE - A síntese corresponde, não a um resumo, e muito menos a um esquema que explicita as idéias contidas num todo. Síntese é produto criativo, resultado de uma complexa operação mental e/ou sensório-motora, como resposta a um desafio, a uma aspiração. Claro está que o grau de criatividade embutida na síntese vai variar de acordo com o grau de complexidade da operação e do fator afetivo que determina o valor e a intensidade do desafio. A síntese é, nada mais nada menos, que a etapa em que a aprendizagem completa o ciclo, abrindo perspectiva para novo ciclo mais complexo ainda, se o indivíduo realmente realizou algo significativo. O equilíbrio é alcançado pelo sujeito ao resolver o problema, abrindo perspectiva para novo desequilíbrio, se a síntese oferece campo a novas indagações ou desafios.

ASPECTOS PRÁTICOS PARA A ELABORAÇÃO DO IT - De acordo com a natureza da disciplina e do tema a ser trabalhado pelo aluno, os instrumentos poderão se enquadrar dentro das seguintes modalidades:

- a) Instrumento de Trabalho com ênfase na pesquisa, ou na experimentação, ou na coleta de dados, ou na observação;
- b) Instrumento de Trabalho com ênfase na análise para ser desenvolvido logo a seguir ao instrumento anterior;
- c) Instrumento de Trabalho com ênfase na síntese e na generalização, como complemento dos dois primeiros;
- d) Instrumento de Trabalho com pesquisa na área do pensamento hipotético-dedutivo.

Observe-se que os três primeiros ITs correspondem, cada um deles, à síntese, análise e síntese. Porém, em cada um deles existem os três momentos do processo do pensamento, organizados segundo os objetivos da aprendizagem. O último corresponde exatamente a trabalhos que impliquem organização de pensamento com base na idéia de que já existam esquemas formados sobre o assunto, mas que necessitam ser ampliados e melhorados com novas aquisições. Vejamos cada um deles em separado.

INSTRUMENTO DE TRABALHO COM ÊNFASE NA PESQUISA- Pressupõe que o aluno vá iniciar um estudo dentro de qualquer unidade programática. O professor terá que se organizar para as seguintes tarefas:

- a) Criar uma situação-problema, através da qual o aluno se sinta motivado a experimentar, coletar dados, explorar um ambiente, observar um fenômeno.

- b) Para auxiliar o trabalho do aluno, evitando que o mesmo se desvie do objetivo, organizar com eles, de preferência, um roteiro dando margem a que possam ir além do estabelecido.

- c) Análise do que foi realizado com o emprego de operações mentais relativas ao processo analítico, como por exemplo, ações de relacionar, associar, discriminar, confrontar hipóteses, inferir, comparar, distinguir, evidenciar, integrar, enfim, todas as operações que estão implicadas na indução e dedução.

- d) A síntese ocorre no momento em que o aluno demonstra que a acomodação se evidencia, isto é, quando ele infere uma idéia que expresse a solução da situação proposta, com uma teoria, ou princípio, ou postulado, ou uma afirmativa original, *ou outro tipo de produto originário do esforço mental*, *que se* ~~é~~ *movido pelo desafio em que se encontra o aluno*

INSTRUMENTO DE TRABALHO COM ÊNFASE NA ANÁLISE - Após o primeiro trabalho, que de certa forma configura-se como uma síncrese mais ampla, deve seguir-se um outro IT que leve o aluno a aprofundar os conhecimentos adquiridos na primeira etapa. Este momento, em geral, não é muito atrativo para o aluno, a não ser que o professor o torne interessante com um material motivador e de boa qualidade, justamente porque é na análise que o esforço é maior e menos atrativo. O professor deverá, então:

a) Fornecer um conjunto de informações, bibliografia, textos, material audiovisual, bem como fontes históricas, pois estas colaboram para ligar o assunto a valores afetivos. Neste caso não há necessidade de situação-problema criada pelo professor, pois o trabalho anterior deve responder pela continuidade da motivação.

b) Fornecer ao aluno um roteiro para análise, principalmente no que diz respeito aos aspectos do raciocínio formal, levando-o a uma análise sistematizada e mesmo convergente, sem todavia impedir a divergência natural do raciocínio de cada qual, abrindo questões que permitam caminhos diferentes para se chegar à solução.

c) Permitir que surja a acomodação dos esquemas acionados pela análise, criando condições para que os alunos se sintam seguros de suas conclusões, com a ampliação dos conceitos e com o surgimento de inferências criativas através do confronto de leis, postulados, teoremas inferidos, com os elaborados por autoridades científicas.

INSTRUMENTO DE TRABALHO COM ÊNFASE NA SÍNTESE - Este IT deve ser aplicado logo a seguir ao explicitado anteriormente. Corresponde à fase de fechamento da "gestalt" da aprendizagem e à abertura de um novo processo de desequilíbrio mental. É nesta fase que se verifica se de fato o aluno completou o ciclo da apreensão do objeto e, portanto, se seus esquemas operatórios alcançaram o desenvolvimento capaz de levá-lo a buscar novo desafio. A síntese corresponde à criatividade, entendendo esta como resultado da operacionalização do pensamento com autonomia e segurança, com autenticidade e características próprias do sujeito. Considerando-a como tal, o professor deverá:

a) Propor nova situação-problema, ou valer-se ainda da primeira, envolvendo os resultados dos trabalhos anteriores para que o aluno possa aplicá-los a novas situações, transferindo e generalizando os conhecimentos.

b) Fornecer condições para a análise da proposta e organização dessas condições, para a aquisição de materiais e informações adequadas ao processo de análise.

c) Estimular a síntese ou a criatividade evitando a crítica negativa, ou a interferência demasiada.

d) Avaliar o produto em relação ao processo como um todo, no sentido de verificar as mudanças no desenvolvimento das capacidades intelectivas do aluno de operacionalizar com os conteúdos específicos e de generalizar as operações a situações novas.

INSTRUMENTO DE TRABALHO COM ÊNFASE NO PENSAMENTO HIPOTÉTICO-DEDUTIVO - Em geral possuímos conhecimentos esparsos sobre determinados assuntos, ou esses conhecimentos foram mal estruturados por um processo de aprendizagem defeituoso, deixando

traços rígidos que nos impedem uma abertura maior à compreensão. Isso ocorre muito frequentemente, não apenas na aprendizagem formal, como na informal. Este IT visa a abordar problemas como esse, tão presente na escola atual. Por isso o professor que se preocupa mais com a capacidade de pensar de seu aluno, do que com o que ele armazena em sua memória, deverá:

a) Se possível, criar situação-problema bem arquitetada e que se apoie em esquemas anteriores dos alunos, ou em experiências de classe mal sucedidas, afim de provocar uma cadeia de reflexões sob nova abordagem.

b) Fornecer roteiro flexível para permitir a assimilação de acordo com os esquemas de cada aluno, possibilitando questionamentos em grupo e/ou individual para que a análise se enriqueça e surjam posicionamentos mais seguros.

c) Levar o aluno a produzir uma conclusão em forma de princípios, teoremas postulados, relatórios, objeto, etc.

d) Possibilitar a generalização e transferência.

É imprescindível ressaltar que a disposição dos ITs não é rígida, bem como podem os princípios que os orientam serem aplicados até mesmo na organização de programas. A variedade de aplicação dos ITs depende da natureza da disciplina, das necessidades e características do alunado, e dos fins e objetivos do curso. Foram realizadas experiências diversas combinando os modelos acima. Por exemplo: Os 3 primeiros na sequência apresentada; o 1 e o 3; o 2 e o 4; o 1 e o 4; e, finalmente, o 4 e o 3.

RECOMENDAÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DOS ITS - Para o sucesso da aplicação dos ITS é necessário fazer algumas recomendações adicionais ao professor. São elas:

a) Saber elaborar situações problemáticas que realmente desafiem os alunos, levando-os a agirem no sentido de manterem-se motivados durante todo o processo. Realmente não é fácil tal tarefa. É importante que os alunos participem e opinem sobre a temática da situação-problema, podendo eles mesmos indicarem as pista.

b) Organizar os roteiros para pesquisa, análise e síntese, com propostas de questões que apelem para a reflexão, que sejam claras e objetivas ou simplesmente indicativas, que não abarquem duas ações concomitantes e nem duas respostas, que obedeçam ordem psicológica, mas que incorporem ordem lógica, que cresçam em dificuldade crescente, podendo a análise estar embutida na própria situação-problema.

c) Jamais incluir termos referentes a conceitos desconhecidos dos alunos, nem exigir tarefas para as quais não estejam preparados.

d) Exigir sempre a síntese, pois sem ela não poderá a aprendizagem se concretizar plenamente, e muito menos poderão os alunos completar o ciclo do pensamento formal.

e) Jamais se esquecer da avaliação como elemento realimentador do processo.

VANTAGENS PEDAGÓGICAS DOS ITS SOBRE O SISTEMA DE AULAS EXPOSITIVAS -

1 - INTRODUÇÃO

O Plano de Educação do Distrito Federal, para o triênio 1986/88, apresenta a definição de linhas prioritárias que buscam representar os anseios da comunidade escolar, evidenciando o com promisso político da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal/Fundação Educacional com a função social da educação.

A formulação da política educacional, expressa neste pla no, fundamenta-se no processo de democratização, que pressupõe, so bretudo, a conquista da liberdade e do direito da cidadania pelos indivíduos, tornando-os co-participantes das decisões nacionais, em busca de uma vida mais justa e digna.

Fruto de um processo participativo, o delineamento dessa política teve como ponto de partida os subsídios oferecidos pelos professores de escolas oficiais, que, durante numerosas reuniões realizadas no período inicial da atual administração do ensino, de nunciaram o quadro educacional vigente, apresentando alternativas' de soluções para os problemas existentes. As consultas e debates ampliaram-se no decorrer do ano letivo de 1985, envolvendo, além de professores e técnicos, pais, alunos e instituições representa-
tivas de diferentes segmentos sociais.

Numa breve retrospectiva, é importante considerar a dis função constatada, no sistema de ensino, quanto à distribuição da rede escolar do Distrito Federal, que não se apresenta de forma e quitativa e proporcional ao crescimento da população das diversas regiões administrativas, resultando em desigualdade de oportuni-
dades educacionais.

Estabelecendo-se uma análise comparativa dos dados refe rentes às regiões mais populosas, verifica-se que Brasília, com 508.477 habitantes, embora apresentando um contingente populacional inferior ao das áreas periféricas de Taguatinga e Ceilândia, que apresentam um total de 619.192 habitantes, possui o dobro de esta belecimentos de ensino em relação a estas, ou seja, 264 e 139, res pectivamente. (*)

(*) Dados retirados do Anuário Estatístico do DF-CODEPLAN - 1984.

2

Considerando os indicadores sócio-econômicos da população dessas localidades (renda per-capita, em salários mínimos de , respectivamente, 4, 18 em Brasília e 1, 42 em Taguatinga e 0,71 em Ceilândia), pode-se concluir que, neste caso, a população de baixa renda vem sendo atendida de forma desigual, em termos de oportunidades educacionais, enquanto se privilegia a de nível sócio-econômico mais elevado , caracterizando a escola, ainda, como mecanismo de discriminação social.

Para atendimento às diversas situações emergenciais, a rede física escolar veio sofrendo transformações desordenadas, sem que para isso houvesse uma previsão da infraestrutura no projeto inicial. Nesse caso, podem-se citar escolas classe que se transformaram em centros de ensino, sem as devidas ampliações e adaptações físicas: salas para o ensino de práticas especiais e quadras desportivas. Outro exemplo é o da implantação do atendimento ao pré-escolar, em turnos intermediários, sem a devida adequação dos espaços para atividades, parques de recreação e construção de sanitários com peças especiais adequadas ao porte das crianças dessa faixa etária. No que se refere a escolas de 2º grau, a instalação incorreta de laboratórios específicos prejudica a aprendizagem dos alunos, dificultando o desenvolvimento curricular.

Conforme o resumo de avaliação física e necessidades de serviços e obras, pode-se observar que 56% dos prédios estão necessitando de manutenção e pequenos reparos, serviços estes de suma importância, já que, havendo demora no atendimento, a tendência dos prédios é de entrarem em outra faixa de necessidade (reformas). Observa-se, também, que 28% dos prédios estão necessitando de reformas parciais e 12% de reforma e recuperação. Apenas 4% dos prédios não necessitam de nenhum atendimento, ao passo que há necessidade de ampliações para atender a demanda de espaços físicos.

As condições precárias de atendimento aos pré-escolares, notadamente das áreas periféricas, evidenciam a necessidade de melhoria do ensino, tanto em termos da oferta, quanto da qualidade. A inexistência de espaços físicos destinados especificamente à educação pré-escolar tem acarretado seu desenvolvimento em escolas-classe, nos turnos intermediários. Essa utilização ocasiona a diminuição da jornada escolar dos alunos do ensino regular, além de reduzir o tempo de atendimento ao próprio pré-escolar.

Em termos quantitativos, pode-se afirmar que a oferta de ensino de 1º grau não tem correspondido à demanda. O excesso de alunos em sala de aula tem determinado a criação do terceiro turno, gerando considerável sobrecarga de trabalho para o professor, prejudicando seriamente a qualidade do ensino. Tal fato acarreta sérios prejuízos à aprendizagem dos alunos e torna falacioso o discurso de igualdade de oportunidades educacionais.

Além disso, levando-se em conta que as desigualdades de desempenho escolar são, antes de tudo, explicadas por desigualdades culturais socialmente determinadas, que se manifestam, sobretudo, na capacidade lingüística do aluno, há que se considerar a ocorrência de outros fatores que comprometem a qualidade de ensino, como a desconsideração, pela escola, daqueles já marginalizados pelas condições sociais. Neste sentido, não se verifica o aproveitamento ou incorporação, no processo pedagógico, das experiências trazidas pelo aluno, suas estruturas lingüísticas, seu mundo simbólico, suas necessidades afetivas e cognitivas. Acrescem-se a isto a estrutura e o funcionamento da escola - seus horários, suas formas de trabalho - que, muitas vezes, não correspondem às necessidades da clientela; os ritmos, a sequência e os critérios de avaliação, que não respeitam nem favorecem o desenvolvimento do aluno.

A baixa qualidade do ensino básico evidencia-se pela exclusão escolar de elevada taxa do contingente de alunos que ingressa no 1º grau. A perda da clientela, ao longo das oito séries, atingiu, em 1984, o índice alarmante de, aproximadamente, 50%. As maiores taxas de reprovação aparecem nas 1as. (24,5%) e 5as. (29,3%) séries, mas continuam elevadas nas quatro últimas, atingindo alto percentual nas 7as. (27%).

Quanto ao ensino de 2º grau, é na passagem da 1a. para 2a. série que grande parte dos alunos é excluída: de cada 1.000 alunos matriculados na 1a. série em 1982, somente 655 atingiram a 2a. série em 83, e apenas 493 alcançaram a 3a. série em 1984. Os altos índices de evasão e repetência, notadamente no ensino noturno, e a obrigatoriedade da profissionalização são fatores que merecem reflexão e encaminhamento de soluções. Uma análise, ainda que superficial, indica a necessidade da reestruturação dos cursos deste grau de ensino, bem como da sua expansão, a partir da ampliação da rede física e dos quadros de pessoal, tendo em conta, ainda, a diminuição do número de alunos em sala de aula.

O ensino supletivo deixa a desejar no que se refere à rede física. Dos 102 estabelecimentos que atendem, 8,8% são centros educacionais, 22,3%, centros de ensino e a grande maioria, ou seja, 68,6%, são escolas classe, inadequadas ao funcionamento desta modalidade.

A análise diagnóstica do atendimento, via supletiva, na rede oficial de ensino, evidenciou, além do tratamento diferenciado da modalidade, caracterizada pela desigualdade de oportunidades educacionais, outros pontos críticos, tais como: a baixa produtividade do ensino, se considerarmos que, em termos de terminalidade no 1º e 2º graus, os índices relativos às Fases II, III e IV (avaliação no processo) foram de 41,2%, 6,9% e 7,5%, respectivamente, no período correspondente entre 1979 a 1984. No ensino de 2º grau - Fase IV -, verificou-se o aproveitamento semelhante ao da Fase III, ou seja, 7,5% referentes à avaliação no processo, ministrado em apenas três estabelecimentos de ensino. Os índices de evasão atingiram, neste mesmo período, percentuais alarmantes, a saber: Fase II: 32,2%; Fase III: 31,2%; SPG: 32,2%; Fase IV: 38,3%; Telecurso: 42,7%; SSG: 25,7%.

Dentre os fatores prováveis do baixo rendimento verificado, salienta-se a metodologia adotada, com ênfase à autodidaxia do aluno, que não conta com o apoio sistemático do professor para suprir as deficiências de aprendizagem que o levaram a buscar o ensino supletivo. Por outro lado, o ensino estruturado em módulos e na avaliação por objetivos muito específicos, apresenta um alto nível de fragmentação, dificultando a criticidade do aluno, sua socialização e sua interação com o meio, bem como dificultando a aquisição de conhecimentos, de forma integrada e abrangente. Acrescentam-se às dificuldades na operacionalização do processo de exames, os aspectos referentes à divulgação, ao acesso da clientela e ao seu atendimento, em termos quali-quantitativos.

Em relação ao ensino especial, verifica-se a necessidade de que as avaliações-diagnósticas, que classificam os alunos a serem atendidos por essa modalidade, considerem fatores de ordem cultural, emocional e até ambientais, que interferem no desempenho do indivíduo. A ampliação desse tipo de ensino vem se mostrando necessária, principalmente em relação às famílias de baixa renda, concentradas nas cidades-satélites. Por outro lado, a falta de conscientização da comunidade quanto à importância de se encaminhar o mais cedo possível a criança excepcional ao ensino especial, não permite o atendimento precoce adequado. A inexistência de centros ocupacionais para o atendimento ao aluno adulto, que permanece indevidamente nos centros de ensino especial, vem desfavorecer o

acesso da criança a estes centros. Outra disfunção é a falta de a pares e a manutenção inadequada dos existentes.

Na área de apoio à ação pedagógica, parte intrínseca ao planejamento orgânico de educação, o diagnóstico indica que existem sérios problemas, principalmente quanto aos recursos tecnológicos para o ensino, à rede de bibliotecas escolares e às atividades educativo-culturais. Existe carência de material na maioria das escolas, principalmente nas rurais e periféricas, ao passo em que os recursos tecnológicos existentes são utilizados de maneira deficiente, sendo grande o número de equipamentos quebrados ou sem a devida manutenção. A rede bibliotecária apresenta funcionamento precário, o que provoca seu isolamento e desarticulação com a sala de aula, inadequação e escassez de acervo, agravando-se mais ainda esta situação, quando se observa a insuficiência de recursos humanos para uma atuação eficaz, bem como uma desorganização no processo de sistematização da memória do ensino do Distrito Federal. Finalmente, pode-se constatar um distanciamento entre cultura e educação, onde esta ocorre no espaço da escola, ao passo que a cultura se apresenta ora como atividade de lazer, ora como processo estático e sem ação contínua.

Esse quadro é agravado pelo caráter paternalista e vertical da assistência aos educandos de classes socialmente marginalizadas, onde não se conseguiu minimizar os problemas que dificultam o acesso e permanência do aluno na escola. Pode-se dizer que a carência nutricional, a dificuldade de transporte para os alunos frequentarem suas escolas, o serviço médico-odontológico que não atingiu todas as escolas, a falta de integração entre a escola e a comunidade, e, ainda, o trabalho de orientação educacional, sem articulação orgânica com o planejamento pedagógico, constituem sérios entraves à eficácia do sistema de ensino.

É de bom alvitre lembrar que a FEDF não possui Plano de Carreira de Magistério, fazendo com que um elemento com 15, 20 ou mais anos de serviço tenha o mesmo salário de um recém-contratado. Quanto ao Plano de Classificação de Cargos dos demais servidores, implantado recentemente, conforme Resolução Normativa nº 08, do Conselho de Política de Pessoal, é insatisfatório, em face da disparidade de salário, definição de atribuição dos empregos, falta de regulamentação para progressão e ascensão funcional, trazendo, em decorrência, problemas administrativos para a empresa e, inclusive, com a justiça trabalhista.

Por outro lado, o número de empregos de pessoal técnico-administrativo e de apoio aos estabelecimentos de ensino não acompanhou o crescimento da rede física, levando-se em conta os desvios de professores para suprirem vagas dos cargos administrativos, como o de secretário de escola e de técnicos, entre outros, de médicos, engenheiros e advogados. Vale ressaltar, ainda, que a FEDF não dispõe de recursos tecnológicos adequados para a execução de suas atividades, sendo controlados manualmente a folha de pagamento, o controle de lotação, as férias e horas excedentes, habilitação de servidores, classificações funcionais, o que caracteriza como arcaicos os métodos e processos de trabalho, emperrando a máquina administrativa.

Tendo em vista as exigências democratizadoras da atualidade, a análise da situação atual do sistema de ensino no Distrito Federal trouxe valiosos subsídios, mediante informações que possibilitaram a identificação de deficiências, em termos quantitativos e qualitativos, para a formulação de programas educacionais que visam minimizar ou superar as dificuldades existentes.

Partindo da identificação dos problemas, estabeleceram-se prioridades e estratégias traduzidas neste documento, em três grandes dimensões:

- 1) Concepções básicas da política educacional, que explicitam os princípios norteadores da ação política, para o triênio 86/88.
- 2) Diretrizes que traduzem as aspirações educacionais para o triênio 86/88.
- 3) Linhas operacionais que apresentam, através de programas e projetos, o desenvolvimento das ações que viabilizam a implementação da política e das aspirações educacionais para o triênio 86/88.

A definição da política educacional, traduzida em prioridades e estratégias, privilegia a atividade fim da educação, ao invés de enfatizar aspectos instrumentais e burocráticos. Tal posicionamento exige novas perspectivas no desenvolvimento de programas e projetos e uma crescente preocupação com a participação do conjunto da sociedade nas decisões relativas à educação.

Certamente o planejamento participativo, nos diferentes níveis, ensejará ao setor educacional maior efetividade nos serviços prestados, assim como sua maior adequação às necessidades locais.

2 - CONCEPÇÕES BÁSICAS

Numa educação democrática prevalecem os interesses da maioria da população, não sendo, pois, privilégio de determinados segmentos sociais. Neste sentido, a universalização do ensino constitui o princípio básico que beneficia o conjunto da sociedade e, particularmente, as camadas populares, que vêm ao longo do tempo sendo excluídas do processo de escolarização, em decorrência da limitação da oferta educacional, bem como pela deficiência da qualidade de ensino ministrado.

Assim, uma das preocupações fundamentais da SEC/FEDF é a de promover a expansão de oportunidades educacionais, que assegure atendimento a todos e garanta, efetivamente, a permanência dos alunos na escola, durante o período de escolaridade. A política governamental a ser implantada não deve se restringir a medidas de curto prazo, mas voltar-se para soluções de grande porte, especialmente em se tratando do ensino de 1º grau que, atualmente, pela sua dimensão e caráter prioritário, exige vultuosos recursos financeiros e demanda de tempo para sua concretização.

A garantia do acesso, que implica no crescimento do ensino, não deve ser entendida simplesmente como aumento de vagas, mas também como ampliação e reestruturação da rede física, que venha impedir o número excessivo de alunos em cada sala de aula e a redução de jornada escolar, causada pela instalação de turnos intermediários.

A eliminação de tais fatores, dentre outros, contribuirá para a melhoria da qualidade de ensino, favorecendo a permanência dos alunos na escola. Para tanto, é necessário assegurar melhores condições de funcionamento da unidade escolar, bem como promover uma revisão nos aspectos pedagógicos que permitam a socialização do saber.

A escola pública, universal e gratuita assume papel relevante na ampliação das oportunidades educacionais, merecendo, por parte do Poder Público, atenção especial dentre os setores da área social, uma vez que a educação básica constitui instrumento indispensável à construção da sociedade democrática.

A universalização do saber opõe-se à concepção elitizante de educação, na medida em que o atendimento às camadas populares, por um ensino de boa qualidade, permite efetivamente a socialização do saber universal, sem deixar de considerar os valores, aspirações e conhecimentos originários do contexto cultural local. A socialização do saber favorece o indivíduo na construção de sua visão de mundo, como ser historicamente situado e capaz de intervir e transformar sua realidade.

A função da educação, no entanto, não se reduz à transmissão de conhecimentos, mas, também, promove a capacidade de produção e desenvolvimento de novos conhecimentos. Este aspecto inovador da educação deve ser enfatizado pela escola, em todos os níveis, mediante o desenvolvimento de uma pedagogia que estimule a imaginação, a criatividade, a capacidade crítica e de participação dos alunos.

O aspecto formativo da educação requer a reformulação dos currículos dos diversos graus e modalidades de ensino, no intuito de corresponder à nova concepção do processo educativo. As alterações curriculares propostas deverão ser implantadas, gradativamente, no decorrer do próximo triênio, buscando corresponder às reais condições de aprendizagem da maioria da população em idade escolar. Assim, na formulação e desenvolvimento do currículo de 1º grau, dentre outros aspectos qualitativos destacam-se:

a) capacidade de participação e autonomia da escola para, à luz de orientações gerais, formular o seu planejamento curricular, mediante o envolvimento da comunidade escolar, a fim de atender as suas necessidades e aspirações;

b) capacitação pedagógica e visão política do professor para que, além dos aspectos técnicos inerentes à profissão, compreenda também a função social do seu trabalho;

c) compreensão do homem como ser histórico, agente transformador da realidade e da sua própria condição de existência;

d) reelaboração do conceito de educação integral, como síntese entre o geral e o especial e da associação entre processo e conteúdos.

No ensino de 1º grau, o grande desafio para a atual administração do ensino do Distrito Federal continua, ainda, centrado no processo de alfabetização, principalmente pela importância política do ato de ler. A definição da política de alfabetização prevê a adoção de medidas administrativas e pedagógicas, com vistas a oferecer condições para que todos, especialmente a clientela menos favorecida economicamente e socialmente, tenham possibilidade de uma escolarização adequada à suas necessidades.

Além da alfabetização, é fato incontestável a importância do atendimento às crianças em idade pré-escolar, principalmente as oriundas das camadas mais pobres da sociedade, contribuindo para atenuar o baixo desempenho no 1º ano escolar.

Constitui, ainda, preocupação da SEC/FEDF, a implementação de uma política educacional para as escolas rurais do Distrito Federal voltada, fundamentalmente, para a melhoria de vida do homem no campo, nos aspectos social, intelectual, físico, cultural, contribuindo, também, para promover sua permanência no meio em que vive.

Com a finalidade de assegurar iguais oportunidades educacionais, os currículos das escolas da zona rural não devem se diferenciar, estruturalmente, dos adotados na área urbana. No entanto, proceder-se-á à adequação dos conteúdos programáticos ao modo de vida rural, estabelecendo sua relação direta entre o conhecimento elaborado, a experiência do aluno e a cultura local. O desenvolvimento da educação na zona rural deve incluir o efetivo apoio à experiência de trabalho comunitário e a integração com outras iniciativas governamentais, voltadas para a área social.

O ensino especial, destinado àquelas crianças que se distanciam dos padrões de normalidade estabelecidos pela sociedade, por superdotação, retardo mental, deficiências motoras e/ou sensoriais, não se constitui num núcleo isolado do sistema educacional, mas, sim, uma diversificação deste mesmo sistema. Seus pressupostos fundamentais são os mesmos do ensino regular e visam tornar o educando responsável por seus atos, capaz de agir livremente, enfim, alcançar o máximo de suas potencialidades e transformar-se em ser participante da sociedade em que vive. Assim, os currículos escolares deverão estar orientados para possibilitar a esse educando o desenvolvimento de suas potencialidades, a preparação para um trabalho que traga satisfação pessoal e o integre na vida social, a partir de uma interação do indivíduo com seu ambiente.

Diante do anseio de mudar substancialmente a educação realizada pela rede oficial de ensino do Distrito Federal, um passo decisivo consiste na reestruturação do curso de habilitação de professores para as quatro primeiras séries do ensino de 1º grau, por seu efeito direto em termos de preparação do professor.

Essas modificações objetivam, portanto, o melhor preparo profissional do professor que requer, além de sólido embasamento teórico, a vivência de diferentes situações educacionais, para que se conscientize de que seus futuros alunos são pessoas concretas, diferenciadas econômica, social, culturalmente, cujas necessidades, interesse, valores, devem se constituir em ponto de partida para o trabalho pedagógico.

Nessa direção, a almejada melhoria da qualidade do ensino também passa, necessariamente, pela reestruturação do ensino de 2º grau, sendo a formação integral do cidadão a intenção maior desse nível de ensino. A ênfase na formação técnica em nível médio evidencia a fragmentação dos objetivos educacionais, no momento em que reduz a formação do indivíduo à aquisição de competências e habilidades voltadas para exigências profissionais imediatas. Visto sob nova dimensão, a preparação para o trabalho torna-se componente integrado à auto-realização e formação da cidadania.

A par das mudanças propostas para o ensino regular, cabe enfatizar o redimensionamento da educação de adolescentes e adultos, com vistas a proporcionar, através do ensino supletivo, a elevação cultural da população, especialmente da que se encontra socialmente marginalizada, capacitando-a para participação social e política em níveis mais elevados. Com a ampliação dos objetivos educacionais, os cursos oferecidos, nessa modalidade de ensino, serão modificados substancialmente, quanto ao seu funcionamento, métodos e técnicas, objetivando a oferta educacional de boa qualidade, com vistas a ampliar os conhecimentos dos adultos, através de uma aprendizagem que parta, necessariamente, dos elementos que compõem a sua realidade.

No momento em que a SEC/FEDF se propõe a uma reformulação substantiva nos diversos graus e modalidades de ensino, torna-se imprescindível a adoção de uma política de apoio ao processo pedagógico, de maneira a contribuir para a melhoria qualitativa do ensino, o que facilitará a eficácia do sistema. Neste sentido, faz-se mister a utilização racional de materiais e tecnologias de ensino, em articulação com o planejamento educacional, bem como propiciar

o acesso aos bens culturais comunitários e universais.

As distorções da política econômica, responsável direta pelo crescente empobrecimento das classes trabalhadoras, tornam premente a adoção de medidas de assistência ao estudante, contribuindo para minimizar os problemas que dificultam o acesso e a permanência do aluno na escola. Assim, o fornecimento de uma alimentação escolar adequada, enriquecida com alimentos produzidos em hortas comunitárias, ou a atenção do poder público para o material escolar, mediante destinação de livros didáticos, constituirão iniciativas que, beneficiando as populações carentes, poderão favorecer a queda dos índices de evasão e repetência escolar.

Para viabilizar as prioridades estabelecidas em relação às mudanças na educação, é fundamental democratizar a escola, estabelecendo novas relações internas e criando uma estrutura organizacional adequada, que permita contar com a participação da comunidade na sua gestão.

Numa escola democrática, o caráter autoritário e competitivo das relações entre alunos, professores, diretores, especialistas e funcionário deve ser eliminado, passando essas relações a se pautar por princípios éticos de respeito, cooperação e solidariedade, instaurando-se o diálogo, de modo a que todas as ações convirjam para a realização do projeto educativo.

Por conseguinte, uma nova estrutura organizacional da escola permitirá que as condições educacionais venham a ser adotadas, conjuntamente, por representantes dos vários segmentos existentes na instituição escolar, bem como da comunidade em que está inserida, uma vez que, a formulação do projeto educativo não poderá dispensar sua participação.

Dentro dessa ótica, as relações escola-comunidade assumem nova dimensão. A instituição escolar procura abrir-se à comunidade, buscando corresponder aos seus interesses, anseios e necessidades e, assim, desempenhar papel relevante na promoção social.

Paralelamente, a democratização da escola requer mudanças no processo autoritário da decisão em todos os níveis de sistema educacional, com a instituição de mecanismos de participação da comunidade escolar e da população em geral.

Nessa perspectiva de mudança, tornou-se fundamental a adoção de uma política voltada para a valorização do profissional de educação, especialmente do magistério, que favoreça seu compromisso com a promoção do projeto educativo.

É, portanto, imprescindível resgatar o papel do professor, para que suas ações levem em conta as condições sócio-culturais dos alunos, não se restringindo à transmissão e à promoção de novos conhecimentos, tendo em vista que o aluno é um ser ativo, que cria seu próprio meio e organiza sua própria existência.

Em suma, a atual política educacional demanda uma reestruturação da instituição escolar, para que ela cumpra sua função social e política, requerida no momento histórico, contribuindo, assim, para a reconstrução da sociedade.

3 - LINHAS NORTEADORAS

A proposta pedagógica da SEC/FEDF para o triênio 86/88 fundamenta-se na concepção de educação como processo centrado na formação de valores, ou seja: a transmissão de conhecimentos não é um que fazer neutro, mas deve estar a serviço da formação do homem crítico. Portanto, esta proposta busca ultrapassar a visão técnico-especialista do trabalho educacional, passando a entendê-lo como ato político intencional. Compreender o significado cultural de um processo de mudança é compreender determinação sócio-política da educação.

Dentro desta concepção, o compromisso com a educação básica é retomado sob um enfoque que objetiva a revisão da própria lógica interna da proposta curricular por processo participativo de implementação de currículo, que confira representatividade social às reformas educacionais. Atacar de frente os pontos de estrangulamento do sistema, representados pela passagem da 1a. série para a 2a. série e da 5a. série para a 6a., através de programas, como ciclo básico de alfabetização e a integração da escola de oito anos, é proposta prioritária da administração para o triênio. Retomar o significado político do processo de alfabetização, assim como assegurar a continuidade dos estudos para a maioria da população, são desafios que uma administração democrática não pode se furtar.

13

Simultaneamente, o repensar a formação do professor das séries iniciais do ensino de 1º grau é parte integrante do compromisso da universalização do ensino.

A valorização dos profissionais de educação, assim como a gestão participativa da escola - questões intrinsecamente ligadas - são também prioridades na proposta SEC/FEDF. A recuperação da escola pública passa necessariamente pelo resgate da competência social do professor e por uma nova forma de gestão da unidade escolar. O que é comumente atribuído à relação didática em sala de aula, depende, ao contrário, da organização escolar, que condiciona quem nela trabalha. Portanto, é necessário pensar os problemas educacionais em termos sistêmicos, não concentrando a atenção sobre a atuação individual do professor.

O direito a condições de trabalho socialmente favoráveis, assim como o partilhar com os colegas, com a família dos alunos, com a comunidade, a ação educativa estabelece uma nova forma de gestão da unidade e assim, também, uma nova escola, que se caracterizará para além da didática, por suas funções político-sociais.

Considerando as argumentações precedentes, a política educacional que se deseja implantar, ao longo do triênio 86/88, destacam-se as seguintes questões no tratamento do ensino.

3.1. EXPANSÃO DAS OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS

Esta questão tem seus fundamentos em dois princípios: a universalização do ensino e a permanência do aluno na escola. A universalização do ensino constitui princípio que beneficia o conjunto da sociedade e, particularmente, as camadas populares, que, ao longo do tempo, vêm sendo excluídas do processo de escolarização, por falta de escolas e pela má qualidade do ensino.

Embora problemas de ordem social contribuam, de forma decisiva, para a repetência e evasão, há outros fatores, de responsabilidade direta da escola, que dificultam a aprendizagem e a permanência desses alunos em sala de aula. Assim, a preocupação inicial é a de dotar a rede física de condições necessárias ao atendimento da população escolarizável no Distrito Federal.

ção:

Como estratégia, são previstas as seguintes linhas de a

- construção e/ou ampliação de unidades escolares nas cidades-satélites e na zona rural, para atendimento à demanda institucional;
- racionalização da capacidade física instalada, de forma a possibilitar sua utilização plena;
- melhoria e manutenção da rede física, tendo em vista possibilitar a demanda e garantir a boa qualidade de ensino;
- ampliação dos espaços disponíveis nas cidades-satélites, objetivando diminuir o número de crianças por sala-de-aula na pré-escola;
- extensão do atendimento pré-escolar à zona rural;
- ampliação da rede física nas cidades satélites, tendo em vista a redução do número de alunos por turma, nas séries iniciais do 1º grau;
- prover a rede oficial de ensino, em tempo hábil, de e-quipamentos, recursos materiais e humanos, para seu funcionamento.

3.2 DESENVOLVIMENTO DE CURRÍCULO

A instituição escolar no Distrito Federal, por suas características, tem condições privilegiadas para ser instrumento de democratização da cultura. Para tanto, se propõe a um duplo desafio : atender às necessidades de sua clientela e oferecer, ao mesmo tempo, um ensino de boa qualidade.

A transmissão do saber sistematizado, sendo principal função da escola, permite devolver à população social e culturalmente marginalizada o conhecimento dos conteúdos básicos da escola elementar. Como consequência, a escola deve ser revitalizada, através do eixo central representado pelas reformas curriculares. Serão introduzidas mudanças significativas nos currículos de 1º e 2º graus, reformulando conteúdos programáticos, tendo em vista sua validade para o aluno, no sentido de serem universais, mas eminentemente voltados para a solução dos problemas da vida cotidiana.

A primeira e mais importante mudança pretendida visa às

séries iniciais do 1º grau: a revisão do processo de alfabetização. O índice ainda elevado de evasão e repetência na passagem da 1a. para a 2a. série, no Distrito Federal, indica a necessidade de se repensar o processo de alfabetização, como um "continuum", desenvolvendo-se ao longo das séries, em níveis cada vez mais complexos. O que passa a ser determinado é, então, o ritmo de aprendizagem de cada criança.

A integração curricular no ensino de 1º grau merece destaque especial, pela importância da garantia democrática do ensino de 8 anos e da extensão das oportunidades educacionais. Nota-se a alta taxa de evasão e repetência na passagem da 5a. para 6a. série, no Distrito Federal, devido à não continuidade entre as primeiras e últimas séries do 1º grau.

O ensino de 2º grau se constitui na faixa de estudo terminal para a maioria da população economicamente menos favorecida do Distrito Federal. A oferta desse grau de ensino tem-se expandido desordenadamente nos últimos anos, com reflexos negativos na qualidade de ensino, evidenciados nos baixos índices de aprovação. Em face disto, é urgente implementar ações voltadas para a melhoria do ensino de 2º grau. Neste sentido, serão introduzidos cursos, em conformidade com a Lei nº 7.044/82, privilegiando uma educação mais geral - não em detrimento de uma real relação educação e trabalho. Essa reformulação curricular visa universalizar o ensino, ao mesmo tempo que implementa cursos profissionalizantes de qualidade superior aos anteriormente ministrados.

O ensino voltar-se-á ao atendimento das necessidades da clientela adulta e adolescente, adequando metodologias e estratégias de trabalho, buscando implantar uma nova política que possibilite o desenvolvimento cultural do aluno.

Entre as estratégias previstas para o triênio 86/88, relativas ao desenvolvimento curricular, destacam-se:

- assumir a educação pré-escolar como primeira fase da educação básica, com finalidade específica e reflexos positivos na permanência do aluno no ensino de 1º grau;
- repensar e reposicionar o processo de alfabetização, tanto em termos da estruturação curricular, quanto de procedimentos, destacando-se a capacitação técnica do professor alfabetizador e sua valorização;
- constituição de um ciclo básico de alfabetização, com posto das primeiras séries do 1º grau;
- eliminação dos turnos intermediários;

- organização de turmas de alfabetização, não ultrapassando 25 alunos;
- criação de estímulo especial aos professores das classes de alfabetização;
- articulação com as instituições de ensino superior que atuam na formação de recursos humanos para a educação básica;
- elaboração e divulgação de documentos técnicos-pedagógicos, visando subsidiar a ação docente do professor alfabetizador;
- atendimento em período integral aos alunos de 1ª. série, em caráter experimental;
- desenvolvimento de ações de apoio nas áreas de saúde e alimentação;
- sensibilização de todos os professores alfabetizadores para a dimensão política do ato de alfabetizar;
- na área rural, adequar os serviços educacionais à realidade sócio-cultural da clientela, dotando o processo ensino-aprendizagem de flexibilidade na estrutura e na condução dos currículos, levando em conta peculiaridades locais da clientela a que se destina;
- promover a continuidade dos estudos, integrando o 1º ao 2º grau;
- reestruturar o currículo visando à maior integração, ao longo das oito séries do 1º grau;
- repensar procedimentos relativos à passagem da 5ª. para 6ª. série, do ensino de 1º grau;
- estimular a participação da comunidade escolar na formulação do planejamento curricular, na unidade de ensino;
- revisão da política de ensino do 2º grau, com base na Lei 7.044/82, através da oferta de cursos de formação geral, voltados para o mundo do trabalho;
- oferta de cursos técnicos, em nível de 2º grau, de acordo com as características ocupacionais e necessidades do mercado de trabalho, assim como as aspirações da cliente-tela;
- implantação da nova proposta curricular do ensino supletivo, imprimindo-lhe novos objetivos, adotando novos mêdos e reformulando o conteúdo;
- implantação da nova proposta curricular do curso de ma

gistério, visando à ampliação dos conteúdos de formação geral, ao lado da formação profissional mais consistente, mediante a revisão da prática educativa;

- melhoria do processo de identificação de alunos excepcionais, mediante a descentralização do atendimento diagnóstico;
- implantação do serviço de atendimento precoce do aluno excepcional;
- adotar novos critérios de avaliação do rendimento escolar, enfatizando seu caráter diagnóstico do processo ensino-aprendizagem;
- direcionamento conjugado das ações técnico-pedagógicas da SEC/FEDF, incidindo sobre os pontos de estrangulamento do sistema;
- fortalecimento da articulação entre os diferentes graus e modalidades de ensino, inclusive com o nível superior, tendo em vista a situação educacional do Distrito Federal;
- utilização da coordenação pedagógica, como elo entre a escola e os demais níveis do sistemas de ensino, visando à harmonia de seu funcionamento e à valorização da unidade escolar, como a principal prestadora dos serviços educacionais;
- estímulo à realização de estudos e experiências pedagógicas, visando ao desenvolvimento de uma nova prática educativa;
- elaboração de materiais instrucionais e documentos técnicos, com vistas a subsidiar a ação docente.

3.3 VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Quanto à valorização dos profissionais da educação, torna-se fundamental que o poder público assuma o entendimento de que o professor, como principal agente da educação, é elemento indispensável ao desenvolvimento do indivíduo e da sociedade.

Assim, torna-se necessário proporcionar aos profissionais da educação condições de aperfeiçoamento profissional, efetiva participação nas decisões pedagógicas, bem como condições favoráveis de

18

trabalho e salários dignos. Neste particular, merece especial destaque a reestruturação da carreira do magistério, que considere, além da formação acadêmica, a experiência acumulada no exercício profissional:

São as seguintes as estratégias básicas propostas:

- implantação de plano de carreira, que assegure a profissionalização e valorização do magistério, atendendo ao preceito legal, estimulando o nível de formação, capacitação e o desempenho profissional;
- implantação e implementação do Sistema de Identificação de Necessidades de Treinamento das Ações de Desenvolvimento Profissional - SINT, objetivando identificar ações de capacitação de recursos humanos;
- implantação de Planejamento Participativo, envolvendo as áreas pedagógica e administrativa, para integração do sistema de ensino como um todo, permitindo que a área de recursos humanos exerça a sua função de suporte e retroalimentação do processo educativo;
- desencadeamento de ações que propiciem aos servidores da FEDF uma reavaliação de atitudes e discussão de valores;
- fortalecimento da política de recursos humanos, através da implantação de um sistema de informações e do estabelecimento de normas e critérios que impeçam a tomada de decisões improvisadas e casuísticas;
- suprimento da rede oficial de ensino de recursos humanos, em conformidade com os preceitos legais e compatíveis com a necessidade indicada pelo sistema de ensino, em termos quantitativos, e com a natureza da qualificação profissional exigida;
- reciclagem sistemática de professores e funcionários da rede pública de ensino.

3.4 GESTÃO PARTICIPATIVA DA ESCOLA

Pretende-se intensificar a participação da comunidade escolar na unidade de ensino, com vistas a estabelecer novas relações internas e externas e criar uma estrutura organizacional adequada, que permita contar com a participação da comunidade na gestão da

instituição escolar.

Para implementar esta estratégia é indispensável:

- implantação de nova estrutura organizacional da escola, permitindo que as decisões educacionais partam de uma ação conjunta dos vários segmentos da comunidade escolar, bem como ações de órgãos da administração pública do Governo do Distrito Federal;
- reformulação das normas de organização e funcionamento da escola, traduzidas no Regimento Escolar, como instrumento que assegure a execução do processo democrático;
- criação e viabilização de canais de participação entre a comunidade escolar e a sociedade, do ponto de vista das dimensões políticas e da prática escolar;
- consolidação do processo de planejamento descentralizado, adotado pela SEC/FEDF, com vistas a incorporar prioridades sugeridas pela comunidade.

3.5 IMPLANTAÇÃO DE UMA NOVA POLÍTICA DE APOIO PEDAGÓGICO E DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO

Numa política de execução que tenha como princípio a democratização da escola, o apoio pedagógico se coloca como parte intrínseca e essencial a um planejamento orgânico. Dificilmente o trabalho educativo se efetivará com êxito, se não se alicerçar numa política de apoio pedagógico, voltada para dotar o sistema educativo de recursos materiais, humanos e culturais, adequados às necessidades da comunidade escolar.

Nesse sentido, a função de apoio pedagógico se define a partir de programas que promovam a produção de recursos tecnológicos, o resgate de valores culturais, a ampliação do acesso ao livro como elemento básico enriquecedor do processo ensino-aprendizagem. Para desenvolvimento desta política, propõem-se as seguintes estratégias:

- reestruturação da rede de bibliotecas escolares, transformando-a num Sistema de Bibliotecas Escolares Comunitárias;
- criação de mecanismos que redimensionem a biblioteca co

mo elemento estimulador do processo de ensino-aprendizagem;

- criação de mecanismos capazes de sistematizar a organização, registro e difusão da memória histórica da rede oficial de ensino;
- ampliação do acesso ao livro didático, principalmente aos alunos de 1º grau;
- criação de mecanismos democráticos de escolha do livro, ampliando as oportunidades e o nível de participação do professor, bem como instrumentalizando-o para uma melhor utilização do livro didático;
- interação entre educação e cultura, visando a uma política cultural voltada para a prática da escola e para os processos pedagógicos;
- provimento de materiais de ensino-aprendizagem considerados básicos, principalmente ao ensino de 1º grau, em articulação com o desenvolvimento curricular;
- definição de estratégias a serem desencadeadas para estimular a produção e utilização de recursos tecnológicos para o ensino;
- documentação de processos pedagógicos e/ou culturais desenvolvidos no sistema de ensino do DF;
- fomento à participação da comunidade, através de seus membros e/ou instituições na pesquisa, no desenvolvimento e utilização de recursos didáticos.

Por outro lado, uma nova política de assistência ao educando torna-se imprescindível, tendo em vista o quadro de precariedade econômica, social e cultural que atingiu toda a sociedade brasileira, com reflexos significativos na população infantil, tornando premente a adoção de medidas de apoio ao estudante, contribuindo para minimizar os problemas que dificultam o acesso e permanência do aluno na escola.

Uma atuação dinâmica, co-participativa, mais ligada ao caráter promocional do homem, deverá ser implementada através de dupla dimensão: dimensão educativa, quando promove a melhoria e ampliação de projetos especiais para reorientação dos hábitos de alimentação, saúde e higiene; dimensão político-social, quando envolve a participação e o engajamento da comunidade, na busca de alternativas para problemas.

Para tanto, implementar-se-ão as seguintes estratégias:

- fornecimento de alimentação escolar adequada, à zona rural e urbana, enriquecida de alimentos produzidos em hortas comunitárias;
- suplementação alimentar dos alunos do pré-escolar e do 1º grau, favorecendo a queda dos índices de evasão e repetência escolares;
- ampliação de projetos especiais que busquem a melhoria da merenda escolar;
- incentivo à criação de hortas comunitárias, visando à suplementação da merenda escolar;
- desenvolvimento de ações educativas e de assistência médico-odontológica e psicológica, aos alunos de pré-escolar e 1º grau, com vistas à preservação da sua saúde e à melhoria das suas condições no processo ensino-aprendizagem;
- assistência material aos alunos carentes, com a adoção de medidas de apoio que contribuam para minimizar os problemas que dificultam seu acesso à escola e sua permanência na mesma;
- construção de uma nova política de educação, que permita a transformação da realidade em que a escola está inserida, a partir das aspirações da comunidade;
- análise dos fatores sócio-econômicos e culturais que que interferem na aprendizagem, buscando alternativas para a solução de disfunções, como evasão, repetência, infrequência e baixo rendimento;
- redefinição do papel, da natureza e do conteúdo das instituições escolares e para-escolares;
- desenvolvimento de uma ação sistemática de orientação e ducacional, junto aos alunos de 1º grau, com vistas a corrigir o fluxo escolar pela atenuação dos fatores que propiciem a evasão e a repetência;
- desenvolvimento de uma ação sistemática de orientação e ducacional, junto aos alunos do 2º grau, com vistas a desenvolver a consciência crítica dos estudantes e possibilitar-lhes interferir na realidade, como sujeitos de sua história.